ENOTURISMO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CADEIA PRODUTIVA ARTESANAL E EMPODERAMENTO DE MULHERES EM NATUBA – PB

Nathália Costa Maia* & Kettrin Farias Bem Maracajá**

Resumo

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar de que forma o enoturismo atua como vetor de desenvolvimento sustentável ao fortalecer cadeias produtivas artesanais femininas, promovendo o empoderamento, a economia criativa e a valorização territorial no município de Natuba, Paraíba. A partir de uma abordagem qualitativa, com estudo de caso do grupo Fibrarte, foram utilizados métodos de observação não participante e de análise documental, triangulando dados empíricos com referenciais teóricos consolidados sobre desenvolvimento endógeno. Os resultados revelam que a prática artesanal com fibra de bananeira, liderada por mulheres, constitui uma estratégia eficaz de inclusão socioprodutiva, ancorada em saberes locais e em vínculos territoriais. O grupo articula criatividade, sustentabilidade e protagonismo feminino, demonstrando coerência com políticas culturais, como a Lei Paulo Gustavo, ainda que enfrente desafios no acesso a políticas estruturantes. Conclui-se que o enoturismo, enquanto prática territorial complexa, atua como plataforma de valorização simbólica, de geração de renda e de fortalecimento comunitário. A experiência de Natuba oferece subsídios concretos para o desenho de políticas públicas voltadas à economia do cuidado e ao empreendedorismo feminino em contextos periféricos.

Palavras-chave: Enoturismo; Economia criativa; Desenvolvimento endógeno; Empoderamento feminino.

WINE TOURISM AS A VECTOR OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT: ARTISANAL PRODUCTION CHAIN AND WOMEN'S EMPOWERMENT IN NATUBA-PB

Abstract

The general objective of this research is to analyze how wine tourism acts as a vector of sustainable development by strengthening women-led artisanal production chains, promoting women´s empowerment, the creative economy, and territorial valorization in the municipality of Natuba, Paraíba. Based on a qualitative case study of the Fibrarte group, the research applied non-participant observation and documentary analysis, triangulating empirical data with established theoretical frameworks on endogenous development. Findings indicate that banana fibre handicraft, led by women, represents an effective strategy for socio-productive inclusion, rooted in traditional knowledge and territorial bonds. The group combines creativity, sustainability, and female leadership, aligning with cultural policies such as the Paulo Gustavo Law, although challenges remain in accessing structural support mechanisms. The study concludes that wine tourism, as a complex territorial practice, functions as a platform for symbolic valorization, income generation, and community strengthening. Natuba's experience provides concrete insights for designing public policies focused on care economies and women's entrepreneurship in peripheral territories.

Keywords: Wine tourism; Creative economy; Endogenous development; Women's empowerment.

ENOTURISMO COMO VECTOR DE DESARROLLO SOSTENIBLE: CADENA PRODUCTIVA ARTESANAL Y EMPODERAMIENTO FEMENINO EN NATUBA-PB

Resumen

El objetivo general de esta investigación es analizar de qué manera el enoturismo actúa como vector de desarrollo sostenible al fortalecer las cadenas productivas artesanales lideradas por mujeres, promoviendo el empoderamiento femenino, la economía creativa y la valorización territorial en el municipio de Natuba, Paraíba. Con base en un estudio de caso cualitativo del grupo Fibrarte, se utilizaron técnicas de observación no participante y de análisis documental, triangulando los datos empíricos con marcos teóricos consolidados sobre el desarrollo endógeno. Los resultados muestran que la producción artesanal con fibra de plátano, liderada por mujeres, constituye una estrategia efectiva de inclusión socioproductiva, arraigada en saberes tradicionales y en vínculos territoriales. El grupo combina creatividad, sostenibilidad y liderazgo femenino, y demuestra coherencia con políticas culturales como la Ley Paulo Gustavo, aunque enfrenta dificultades para acceder a políticas estructurales. Se concluye que el enoturismo, como práctica territorial compleja, actúa como una plataforma de valorización simbólica, de generación de ingresos y de fortalecimiento comunitario. La experiencia de Natuba aporta elementos concretos para la formulación de políticas públicas orientadas a la economía del cuidado y al emprendimiento femenino en territorios periféricos.

Palabras clave: Enoturismo; Economía creativa; Desarrollo endógeno; Empoderamiento femenino.

HOW TO CITE: Maia, N. C., & Maracajá, K. F. B. (2026). Enoturismo como Vetor de Desenvolvimento Sustentável: Cadeia Produtiva Artesanal e Empoderamento de Mulheres em Natuba – PB. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos / ABET*, v. 16, n. 1 (Regular Issue), 1 – 12, Jan./ Dez. Retrieved from: https://periodicos.ufjf.br/index.php/abet/article/view/51579/version/51159
DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.22036747

Licenciada por Creative Commons 4.0 / Internacional
CC BY 4.0

* Doutoranda em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais (em andamento) pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Mestre em Administração (2024) pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Bacharel em Engenharia de Produção (2020) pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Membro do Grupo de Estudos em Turismo e Sustentabilidade (GEATS) da UFCG. As áreas de interesse em pesquisa incluem Administração, Turismo e Hospitalidade, Turismo Regenerativo, Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável. Lattes: http://lattes.cnpq.br/2872216195258581. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0920-8006. E-mail: [nathaliacmaia11@gmail.com].
** Pesquisadora de Pós-Doutorado (2021-2022) na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutora em Recursos Naturais (2013) pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Mestre em Gestão de Negócios Turísticos (2005) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bacharel em Turismo (2002) pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP). Professora Associada na UFCG, lecionando no curso de Administração, bem como nos Programas de Pós-Graduação em Administração (PPGA) e em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais (PPGEGRN). Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Administração (PPGA) na UFCG. Bolsista de Produtividade do CNPq - Nível 2. Membro titular da Câmara Superior de Pós-Graduação (CSPG) e Membro Suplente do Colegiado Pleno da UFCG. Membro Suplente da Câmara Temática de Regionalização Turística (CAREG) do Ministério do Turismo. Membro da Academia Internacional para o Desenvolvimento da Pesquisa em Turismo no Brasil (ABRATUR). Líder do Grupo de Pesquisa sobre Ambiente, Turismo e Sustentabilidade (GEATS) e membro dos Grupos de Pesquisa Turismo, Marketing e Competitividade (TMC) e Observatório de Turismo do Paraná (OBSTUR) na UFPR. Revisora de revistas científicas. Participa das linhas de investigação na área de Planejamento Turístico, Gestão do Turismo, Administração Geral, Enoturismo, Sustentabilidade, Educação Ambiental, Competitividade em destinos turísticos, Conflitos ambientais e Pegada Hídrica. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5398977630029480. ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8189-109X. E-mail: [kettrin@gmail.com].

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 provocou mudanças significativas no setor turístico, impulsionando a busca por experiências mais autênticas, seguras e sustentáveis (Gössling, Scott & Hall; Sigala, 2020). Nesse contexto, o turismo rural, com destaque para o enoturismo, emergiu como alternativa resiliente ao turismo de massa, combinando distanciamento social, valorização cultural e práticas sustentáveis (Hall, Johnson & Mitchell, 2000; Trindade, Maracajá, Cicciú, Lucena Filho & Valduga, 2022).

Mais do que lazer voltado à degustação de vinhos, o enoturismo configura-se como uma prática territorial complexa, integrando aspectos culturais, simbólicos e econômicos, com impacto direto na diversificação das economias locais e no fortalecimento de identidades (Chiattone, 2013; Getz & Brown, 2006). Ao articular vitivinicultura, cultura e hospitalidade, torna-se um catalisador do desenvolvimento endógeno, mobilizando recursos naturais, sociais e culturais de forma participativa e cooperativa (Scherer & Allebrandt, 2023; Vázquez-Barquero, 1999).

Sua relevância também reside na capacidade de integrar cadeias produtivas locais, promovendo a economia criativa por meio da valorização de saberes tradicionais, do artesanato e da produção cultural (Mello & Alexandre, 2017; Richards & Raymond, 2000). Essa dinâmica é potencializada por políticas como a Lei Paulo Gustavo (Brasil, 2022) e a estratégia Elas Empreendem (Brasil, 2024), que incentivam o empreendedorismo cultural e o protagonismo feminino nos territórios.

O empoderamento feminino, nesse contexto, emerge como eixo estruturante do desenvolvimento sustentável. A inserção das mulheres em cadeias produtivas culturais e turísticas impulsiona sua autonomia, reconhecimento e capacidade de inovação (Arias, Gutiérrez & Lopez, 2023; Kabeer, 1999; Scheyvens, 2000), promovendo territórios mais justos e resilientes (Visentin & Vallerani, 2018).

No Brasil, casos como os do Vale dos Vinhedos (RS) e do Vale do São Francisco (BA/PE) ilustram o potencial do enoturismo para dinamizar a economia e articular tradição e inovação (Gabardo & Valduga, 2020; Guimarães, Porto & Pizzio, 2021). Em regiões emergentes como Natuba (PB), maior produtora de Uva Isabel da Paraíba, o enoturismo tem impulsionado uma cadeia produtiva artesanal liderada por mulheres do grupo Fibrarte, que transforma fibra de bananeira em produtos sustentáveis e culturalmente significativos.

Diante da crescente valorização do enoturismo como estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, emerge a necessidade de compreender como essa prática se articula com as cadeias produtivas locais lideradas por mulheres em contextos rurais periféricos.

Nesse sentido, a problemática que orienta este estudo pode ser expressa na seguinte questão: como o enoturismo contribui para o fortalecimento de cadeias produtivas artesanais lideradas por mulheres e para o empoderamento feminino em territórios rurais, considerando tanto suas potencialidades quanto as limitações impostas pela fragilidade das políticas públicas estruturantes no contexto de Natuba-PB?

A partir dessa indagação, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar de que forma o enoturismo atua como vetor de desenvolvimento sustentável ao fortalecer cadeias produtivas artesanais femininas, promovendo o empoderamento, a economia criativa e a valorização territorial no município de Natuba-PB.

A relevância da pesquisa reside em aprofundar o debate sobre as inter-relações entre turismo, cultura e empoderamento feminino a partir de uma perspectiva territorial e endógena, evidenciando como práticas associadas ao enoturismo podem ativar cadeias produtivas criativas, fortalecer o protagonismo das mulheres e promover inclusão socioprodutiva em contextos rurais periféricos.

Ao articular evidências empíricas e referenciais teóricos consolidados, o estudo oferece subsídios concretos para o desenho e o aprimoramento de políticas públicas sustentáveis, culturalmente enraizadas e sensíveis às dinâmicas locais, contribuindo para a formulação de estratégias de desenvolvimento territorial mais justas e resilientes.

Para isso, adota-se uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, baseada em um estudo de caso. Os procedimentos metodológicos incluem observação não participante, guiada por um checklist temático com cinco eixos analíticos, e análise documental de materiais institucionais. Ao focar na experiência do grupo Fibrarte, o estudo visa a construir estratégias replicáveis para outros territórios com potencial no turismo comunitário, cultural e criativo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Enoturismo, Economia Criativa e Empoderamento Feminino no Desenvolvimento Territorial

O turismo, como fenômeno complexo e globalizado, impacta dimensões sociais, culturais e ambientais, exigindo olhares interdisciplinares e modelos teóricos capazes de captar suas contradições e potencialidades (Beni, 2001; Cruz, 2002; Jafari, 1982). Nesse contexto, o paradigma do desenvolvimento endógeno (Fontela, 1982; Vázquez-Barquero, 1999) destaca-se por valorizar os recursos territoriais, os saberes locais e a cooperação como motores de transformação.

Inicialmente aplicado à reestruturação de regiões europeias, o modelo passou a orientar políticas turísticas voltadas à inclusão produtiva e à inovação territorial (Rosentraub & Joo, 2009; Qu & Zollet, 2023). No Brasil, experiências como a da região das Missões (RS) mostram como o enfoque endógeno promove a identidade e a fixação no campo (Scherer & Allebrandt, 2023).

O enoturismo, como prática integrada, articula produção, cultura e hospitalidade, impulsionando o reposicionamento de territórios na economia cultural (Getz & Brown, 2006; Guimarães et al., 2021; Hall et al., 2000; Petelca, Pătrăuceanu, Beșliu & Garbuz, 2022). Em Natuba, destaca-se a convergência entre o enoturismo e a economia criativa, baseada em saberes tradicionais e na produção artesanal de fibra de bananeira (Cunha, Lima & Costa, 2023; Maracajá, Quadros, Walkowski & Netto, 2025).

O turismo criativo, por sua vez, fomenta experiências imersivas e valoriza o capital simbólico dos territórios (Almeida & Emmendoerfer, 2023; Richards & Raymond, 2000). A institucionalização dessas práticas é potencializada por políticas como a Lei Paulo Gustavo (Brasil, 2022) e o programa Elas Empreendem (Brasil, 2024), que incentivam o empreendedorismo feminino e a sustentabilidade cultural (Costa & Martins, 2023; Nogueira e Carolina, 2024; Ray, 2001).

Nesse processo, o empoderamento feminino é central: amplia as escolhas, o reconhecimento e a participação social (Kabeer, 1999; Scheyvens, 2000; Arias et al., 2023). Em territórios rurais, fortalece redes, saberes e resiliência (Martínez-Falcó; Tomás-Miquel & Garcia, 2024). O grupo Fibrarte é um exemplo dessa dinâmica ao reunir três pilares: valorização dos saberes locais, inovação produtiva e equidade de gênero. Essa tríade fornece uma lente analítica robusta para compreender experiências como a de Natuba, em que o enoturismo funciona como plataforma para o desenvolvimento sustentável, inclusivo e territorializado (Silva & Costa, 2022; Da Silva & Maracajá, 2023).

A literatura aponta que o desenvolvimento endógeno, quando incorporado às estratégias turísticas, amplia a capacidade dos territórios de responder às dinâmicas globais sem perder suas especificidades culturais e produtivas (Fontela, 1982; Vázquez-Barquero, 1999). Ao priorizar a mobilização de recursos locais, a cooperação entre atores e o fortalecimento das identidades territoriais, esse modelo rompe com lógicas exógenas e dependentes, promovendo maior autonomia econômica e social. No âmbito do turismo, tal abordagem permite compreender o território não apenas como cenário de consumo, mas também como espaço vivo de produção simbólica, cultural e econômica (Beni, 2001; Cruz, 2002).

Nesse sentido, o enoturismo assume um papel estratégico ao integrar atividades agrícolas, culturais e turísticas em uma mesma lógica territorial, favorecendo a diversificação econômica e a valorização de saberes tradicionais (Getz & Brown, 2006; Hall et al., 2000). Mais do que uma atividade voltada ao lazer e à degustação, o enoturismo atua como mediador entre patrimônio, paisagem e identidade, contribuindo para o reposicionamento simbólico de regiões rurais no mercado turístico contemporâneo (Guimarães et al., 2021; Petelca et al., 2022; Valduga, Gabardo & Minasse, 2022). Essa articulação reforça sua capacidade de promover processos de desenvolvimento territorial ancorados na cultura e na cooperação local.

A convergência entre enoturismo e economia criativa amplia esse potencial ao incorporar práticas produtivas baseadas na criatividade, na inovação social e no capital cultural dos territórios (Cunha et al., 2021; Richards & Raymond, 2000). O artesanato, enquanto expressão material de saberes tradicionais, torna-se elemento central dessa dinâmica ao agregar valor simbólico aos produtos e às experiências oferecidos aos visitantes. Conforme destacam Almeida e Emmendoerfer (2023), a economia criativa aplicada ao turismo favorece processos de co-criação, nos quais as comunidades locais deixam de ser apenas fornecedoras de serviços e passam a atuar como protagonistas do desenvolvimento.

No contexto brasileiro, a atuação das políticas públicas culturais tem sido fundamental para viabilizar e fortalecer essas iniciativas (Minasi, Mayer & Santos, 2022), ainda que de forma desigual e, muitas vezes, pontual. Instrumentos como a Lei Paulo Gustavo (Brasil, 2022) e o programa Elas Empreendem (Brasil, 2024) buscam estimular o empreendedorismo cultural e feminino, alinhando-se às perspectivas do desenvolvimento territorial sustentável (Costa & Martins, 2023; Ray, 2001). Entretanto, a efetividade dessas políticas depende de sua articulação com as realidades locais e da capacidade dos territórios de acessar, adaptar e institucionalizar tais instrumentos de fomento.

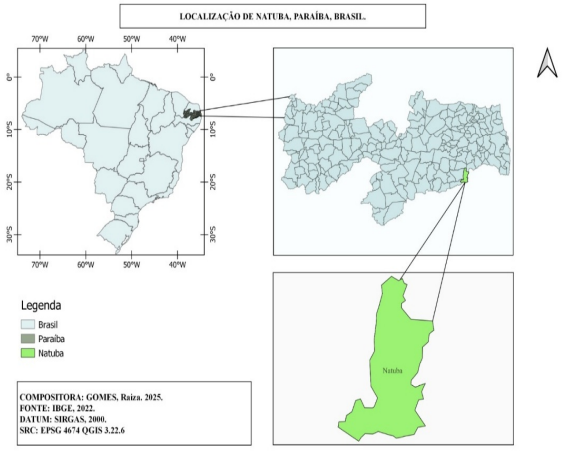
Por fim, o empoderamento feminino emerge como eixo transversal e estruturante desses processos, especialmente em contextos rurais, onde as mulheres historicamente enfrentam restrições ao acesso a recursos, ao reconhecimento e à participação decisória (Kabeer, 1999; Scheyvens, 2000). A inserção feminina em cadeias produtivas associadas ao enoturismo e à economia criativa amplia não apenas a autonomia econômica, mas também o capital social e simbólico das mulheres, fortalecendo redes locais e promovendo maior resiliência territorial (Arias et al., 2023; Martínez-Falcó et al., 2024).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização da área de estudo

O município de Natuba fica localizado no estado da Paraíba, pertencente à Região Geográfica Intermediária de Campina Grande, Paraíba e à Região Geográfica Imediata de Itabaiana, conforme a divisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). A região abrange uma área territorial de 202,173 km², e a cidade de Natuba possui população estimada em 9.014 habitantes (IBGE, 2024), conforme a localização indicada na Figura 1.

Figura 1. Localização de Natuba – PB.



Fonte: IBGE (2022).

A economia local é predominantemente agrícola, destacando-se o cultivo de frutas, especialmente da uva Isabel, que impulsionou o desenvolvimento do enoturismo na região. A instalação de algumas vinícolas no município tem atraído visitantes e promovido a diversificação econômica, integrando atividades como a produção de

vinhos e o turismo rural, segundo a Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (Empaer, 2025).

Além da agricultura, o artesanato com fibra de bananeira tem se consolidado como fonte de renda decorrente do turismo na região, gerando renda adjacente ao enoturismo, atividade econômica especialmente entre as mulheres da comunidade.

3.2 Tipo de Pesquisa

O estudo foi delineado como pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, com base na estratégia de estudo de caso (Yin, 2016). Essa abordagem é recomendada quando se busca compreender fenômenos sociais em profundidade e em seus contextos reais. A escolha do grupo Fibrarte como unidade de análise justifica-se por sua relevância sociocultural, pelo protagonismo feminino e pela articulação com a cadeia do enoturismo regional.

3.3 Técnicas e Instrumentos de Coleta

A coleta de dados envolveu fontes primárias e secundárias. Para a obtenção de dados primários, realizou-se uma observação não participante, orientada por um roteiro estruturado, conforme Gil (2008), o que permitiu o registro espontâneo das interações. A observação ocorreu em 23 de abril de 2025, durante uma capacitação semanal das dez artesãs promovida pela Secretaria Municipal de Esporte e Cultura.

Também foi realizada uma visita no dia de um passeio turístico que ocorre aos sábados, permitindo observar a relação entre os produtos artesanais, o enoturismo e os visitantes. O instrumento de coleta foi aplicado por meio de um roteiro estruturado, em formato de checklist, com 10 itens de observação, distribuídos em cinco categorias analíticas baseadas nos eixos teóricos: (1) Desenvolvimento Endógeno; (2) Enoturismo e Valorização Territorial; (3) Economia Criativa e Turismo Criativo; (4) Empoderamento Feminino; e (5) Políticas Públicas e Capital Territorial. Cada categoria inclui dois tópicos avaliados em escala binária (“adere” / “não adere”), com foco em práticas sustentáveis, saberes tradicionais, protagonismo feminino, articulação produtiva e integração ao turismo.

Complementarmente, realizou-se análise documental de materiais institucionais e de legislação, como a Lei Paulo Gustavo (Brasil, 2022) e o programa Elas Empreendem (Brasil, 2024), de dados municipais e de relatórios técnicos, bem como de sua aderência ao objeto em análise.

3.4 Procedimentos de análise dos dados

A análise dos dados foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo temática, conforme proposta por Bardin (2016), adequada a estudos qualitativos. Autores como Gomes (2002) e Minayo e Deslandes (2008) estabelecem que essa abordagem tem como foco central a identificação de categorias de sentido que emergem diretamente do material analisado, permitindo a organização dos dados de forma crítica e interpretativa.

Além de dados verbais, essa técnica abrange também manifestações não verbais, o que amplia a capacidade de compreender as dinâmicas observadas em campo (Caregnato & Mutti, 2006; Flick, 2008). A escolha por essa abordagem justifica-se pelo seu potencial de conferir rigor metodológico ao percurso. Para permitir a visualização do percurso metodológico adotado, a Figura 2 apresenta, por meio de um fluxograma, as etapas de condução da pesquisa.

Figura 2. Fluxograma metodológico.

1. Definição do Tipo de Pesquisa (Qualitativa Exploratória; Descritiva; Estudo de Caso)
2. Planejamento e Coleta de Dados (Fontes Primárias e Secundárias)
3. Observação não-participante (Capacitação das artesãs e dia de passeio turístico)
4. Checklist Temático (5 categorias analíticas, 10 itens em escala binária)
5. Análise Documental (Leis, Programas, Relatórios e dados Municipais)
6. Triangulação Metodológica (Observação + Documentos)
7. Análise de Conteúdo Temática (Categorização e Interpretação Crítica)

Fonte. Elaborado pelos autores (2025).

Portanto, a triangulação de dados adotada nesta pesquisa, combinando observação não participante, análise documental e fundamentação teórica, foi fundamental para assegurar maior robustez e consistência à interpretação dos resultados. Os autores Flick (2008) e Bardin (2016) acrescentam que a triangulação permite superar as limitações de uma única fonte ou técnica, possibilitando a validação cruzada das informações e a captação de diferentes dimensões do fenômeno estudado.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Natuba-PB: Enoturismo e Integração da Cadeia Produtiva Artesanal

A cidade de Natuba, localizada no Agreste paraibano (IBGE, 2024), é conhecida como a “Terra da Uva” por ser a principal produtora da uva do tipo Isabel na Paraíba (Iniciativa Sábados Azuis, 2023). O município integra a Rota Gastronômica do Vale do Paraíba, lançada com apoio do Sebrae-PB e da PBTur, com o objetivo de promover o turismo de experiência ancorado na identidade territorial e na produção agrícola (Sebrae-PB, 2024; Secretaria de Turismo de Natuba, 2024).

Agências locais oferecem roteiros que incluem visitas às vinícolas da região, trilhas ecológicas e experiências culturais, como a apreciação e a comercialização de artesanato feito com fibra de bananeira, integrando as artesãs ao circuito turístico (Turismo em Foco, 2025). Essa integração entre turismo, gastronomia e artesanato fortalece o turismo de base comunitária e amplia as possibilidades de geração de renda local. (Empaer, 2025).

Sob a perspectiva do desenvolvimento territorial, a integração entre o enoturismo e a cadeia produtiva artesanal em Natuba-PB evidencia a ativação de recursos endógenos e a valorização de saberes locais como estratégias centrais

de dinamização econômica (Fontela, 1982; Vázquez-Barquero, 1999).

Ao articular vitivinicultura, gastronomia e artesanato no contexto da Rota Gastronômica do Vale do Paraíba, o município consolida uma prática turística alinhada aos princípios do turismo cultural e de base comunitária, nos quais o território deixa de ser apenas um espaço de visitação e passa a assumir um papel ativo na produção de experiências e significados (Da Silva & Maracajá, 2023; Getz & Brown, 2006; Hall et al., 2000). Essa dinâmica favorece a inserção das artesãs nos fluxos turísticos, promovendo geração de renda associada à identidade local e reforçando a noção de turismo como vetor de desenvolvimento sustentável, capaz de integrar dimensões econômicas, culturais e sociais de forma articulada (Beni, 2001; Cruz, 2002; Guimarães et al., 2021).

4.2 Fibrarte: Empreendedorismo Feminino e Sustentabilidade

O grupo Fibrarte, formado atualmente por dez artesãs do município de Natuba-PB, atua na produção de peças artesanais, utilizando como principal matéria-prima a fibra da bananeira, abundante na região. O grupo teve início em 2021 como uma iniciativa informal, que surgiu a partir de oficinas de capacitação voltadas ao artesanato com fibras naturais. Desde então, evoluiu para uma organização comunitária que, além de gerar renda para as participantes, fortalece o protagonismo feminino e amplia a inserção da economia criativa nos roteiros turísticos locais.

Entre os produtos confeccionados estão cestos, sousplats, flores e objetos decorativos, que se destacam tanto pela estética rústica quanto pelo compromisso com a sustentabilidade ambiental. O reaproveitamento do tronco e das folhas de bananeira, associado a técnicas manuais tradicionais, evidencia o vínculo entre a produção e os saberes transmitidos oralmente entre gerações, especialmente no contexto rural.

As integrantes do grupo participam ativamente dos roteiros turísticos oferecidos na cidade, que ocorrem semanalmente e comercializam seus produtos, e também possuem pontos de venda em eventos festivos da cidade (Secretaria de Esporte e Cultura, 2025), permitindo aos visitantes uma vivência cultural autêntica, ao mesmo tempo em que inserem as artesãs nas dinâmicas econômicas do turismo regional (Sebrae-PB, 2024).

Além do impacto econômico direto, a atuação do grupo Fibrarte contribui para a consolidação de um modelo de empreendedorismo feminino alinhado aos princípios da sustentabilidade social, cultural e ambiental. A organização coletiva das artesãs favorece a partilha de conhecimentos, o fortalecimento das redes de cooperação e a ampliação da autonomia das participantes, aspectos fundamentais para a construção de iniciativas produtivas resilientes em territórios rurais (Sebrae-PB, 2024).

A inserção do grupo nos circuitos turísticos locais não apenas diversifica as fontes de renda, mas também reforça a identidade territorial de Natuba-PB, ao transformar o artesanato em elemento central da experiência turística (Secretaria de Esporte e Cultura, 2025). Dessa forma, o Fibrarte se configura como um arranjo socioprodutivo que articula economia criativa, turismo de base comunitária e valorização dos saberes tradicionais, evidenciando o potencial do empreendedorismo feminino como estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

4.3 A participação das Políticas Públicas no Fomento do Artesanato

A análise documental evidenciou que a Fibrarte foi beneficiada pela Lei Paulo Gustavo (Brasil, 2022). A proposta foi elaborada por uma das artesãs do grupo, em parceria com a Secretaria Municipal de Esporte e Cultura, e aprovada por meio de edital público local (Prefeitura Municipal de Natuba, 2025).

O recurso obtido viabilizou a compra de uma desfiadeira de fibra vegetal, equipamento essencial para acelerar e padronizar o processo de preparação da matéria-prima, bem como de outros equipamentos complementares, o que aumentou a produtividade e a qualidade das peças artesanais. A experiência mostra como políticas públicas, quando acessadas por grupos organizados, podem fortalecer cadeias produtivas locais com base na cultura, no território e na sustentabilidade, como retratam Almeida e Emmendoerfer (2023), Betancur-Rodríguez, Mejía-Córdoba, Acevedo-Ortíz, Velásquez e Cartagena-Benítez (2022) e Nogueira e Carolina (2024).

Esse caso também reflete o alinhamento entre os objetivos da Lei Paulo Gustavo (Brasil, 2022), ao se inserir na preservação e valorização das expressões culturais brasileiras, e a missão da Fibrarte, que atua na promoção de um artesanato sustentável, coletivo e enraizado na identidade regional.

Além do apoio obtido por meio da Lei Paulo Gustavo (Brasil, 2022), as práticas e finalidades do grupo Fibrarte se alinham conceitualmente a outras políticas públicas voltadas ao empreendedorismo feminino, como o programa Elas Empreendem (Brasil, 2024), do Governo Federal, embora não tenha sido mencionado explicitamente pelos participantes durante a coleta de dados.

Apesar da coerência entre os objetivos do programa federal Elas Empreendem (Brasil, 2024) e a atuação do grupo Fibrarte, não se identificou qualquer forma de articulação direta entre a iniciativa local e essa política pública. A ausência de conexão institucional evidencia barreiras locais e estruturais, mas também aponta caminhos para ampliar o acesso do grupo a políticas de fomento e consolidar seu papel como agente de desenvolvimento territorial e de inclusão socioprodutiva (Minasi et al., 2022).

Nesse sentido, o caso da Fibrarte evidencia que o acesso a políticas públicas culturais, como a Lei Paulo Gustavo (Brasil, 2022), pode atuar como catalisador do desenvolvimento territorial quando articulado à organização comunitária e ao uso de recursos locais, conforme destacam Almeida e Emmendoerfer (2023) e Betancur-Rodríguez et al. (2022). Entretanto, a ausência de integração entre iniciativas locais e programas estruturantes de alcance nacional, como o Elas Empreendem (Brasil, 2024), revela limites institucionais que comprometem a continuidade e a ampliação dos impactos dessas ações, especialmente em territórios rurais.

Tal constatação reforça os argumentos de Almeida e Emmendoerfer (2023), que apontam que a efetividade das políticas públicas depende da articulação multiescalar entre atores locais, gestores públicos e instrumentos de fomento. Assim, a experiência da Fibrarte confirma que políticas públicas culturais, quando combinadas com estratégias de empreendedorismo feminino e de economia criativa, têm potencial para fortalecer cadeias produtivas sustentáveis e promover inclusão socioprodutiva, desde que inseridas em um ecossistema institucional integrado e sensível às especificidades territoriais (Betancur-Rodríguez et al., 2022).

4.4 Estruturação da Discussão a partir do Checklist Temático

A análise das categorias propostas revelou forte convergência com os itens do checklist temático, conforme sistematizado na Tabela 1.

Tabela 1. Checklist de observação.

Eixo Temático	Tópico de Observação	Escala Binária	Indicadores Observáveis	Referência Teórica
Desenvolvimento Endógeno	A produção é baseada em recursos locais e saberes tradicionais?	Adere / Não adere	Uso de fibras naturais da região, técnicas artesanais transmitidas entre gerações	Vázquez-Barquero (1999); Fontela (1982); Qu e Zollet (2023)
	A comunidade participa ativamente da produção e da organização do grupo?	Adere / Não adere	Participação em reuniões, divisão de tarefas e tomada de decisão coletiva	Maracajá et al. (2025); Trindade (2024); Scherer e Allebrandt (2023)
Enoturismo e Valorização Territorial	O artesanato dialoga com a identidade cultural e o patrimônio material local?	Adere / Não adere	Simbolismos culturais nas peças, uso de ícones locais	Valduga et al., (2022); Da Silva e Maracajá (2023); Cunha et al. (2021)
	As práticas produtivas estão integradas ao enoturismo local?	Adere / Não adere	Referências ao vinho nos produtos, integração com eventos e roteiros turísticos	Martínez-Falcó et al. (2024); Arias et al., 2023
Economia Criativa e Turismo Criativo	Os produtos têm elementos criativos que os diferenciam no mercado?	Adere / Não adere	Design exclusivo, inovação, personalização para públicos diversos	Bertella (2021); Richards e Raymond (2000)
	A presença de turistas influencia a produção ou adaptação dos produtos?	Adere / Não adere	Produção direcionada a eventos, personalização conforme perfil do turista	Almeida e Emmendoerfer (2023); Betancur-Rodriguez et al., (2022)
Empoderamento Feminino	As artesãs demonstram autonomia econômica e liderança nas decisões do grupo?	Adere / Não adere	Relatos de autossuficiência, protagonismo em decisões, controle financeiro coletivo	Kabeer (1999); Martínez-Falcó et al. (2024); Sen (1999); Martínez-Falcó et al., (2024)
	A atividade artesanal transforma o papel social das mulheres na comunidade?	Adere / Não adere	Reconhecimento social, mudança na renda familiar, visibilidade como trabalhadoras	Arias et al.(2023); Scheyvens (2000); Silva e Costa (2022)
Políticas Públicas e Capital Territorial	Há sinais de apoio institucional à atividade artesanal?	Adere / Não adere	Participação em editais, acesso a leis de incentivo como a Lei Paulo Gustavo	Brasil (2022); Costa e Martins (2023); Nogueira e Carolina (2024)
	As ações do grupo se conectam com políticas de inclusão produtiva feminina?	Adere / Não adere	Convergência com programas como o Elas Empreendem ou outras iniciativas correlatas	Brasil (2024); Ray (2001); Minasi et al., (2021)

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A seguir, as discussões são organizadas por categoria, com base na aderência, ou não, das práticas observadas aos indicadores previstos.

4.4.1 Eixo Temático: Desenvolvimento Endógeno

A prática artesanal do grupo Fibrarte apresenta elevada aderência aos princípios do desenvolvimento endógeno, com ênfase na apropriação de recursos locais e na valorização de saberes tradicionais. A produção utiliza integralmente a bananeira (tronco e folhas), que é colhida e processada pelas próprias artesãs, com técnicas herdadas do contexto familiar e rural. Essa conexão entre território, técnica e identidade está em consonância com a concepção de desenvolvimento territorial de Vázquez-Barquero (1999), que destaca o aproveitamento de recursos endógenos como base das economias locais.

O uso contínuo de técnicas agrícolas, como o desfibramento do tronco e o reaproveitamento criativo das folhas, corrobora a noção de "acúmulo de capacidades locais" de Fontela (1982), entendidas como saberes socialmente construídos e aplicados no cotidiano. Esses achados dialogam com Qu e Zollet (2023), ao demonstrar que práticas enraizadas na cultura rural podem se consolidar como arranjos produtivos sustentáveis quando associadas a valores identitários e ecológicos.

Em termos organizacionais, destaca-se a atuação coletiva das integrantes, que compartilham técnicas, definem rotinas de trabalho fixas e elaboram propostas para editais. Essa dinâmica participativa e horizontal converge com o que Trindade (2024) defende: o protagonismo comunitário nas estratégias produtivas.

Estudos como os de Maracajá et al. (2025) e de Scherer e Allebrandt (2023) também apontam que formas

organizativas autônomas e colaborativas fortalecem a coesão social. Apesar da ausência de certificações que limitam a visibilidade em eventos maiores, o grupo revela uma estrutura consolidada e territorializada, capaz de sustentar sua produção mesmo diante da escassez de políticas públicas permanentes.

Dessa forma, a experiência do grupo Fibrarte evidencia que o desenvolvimento endógeno não se limita ao uso de recursos locais, mas também envolve a construção de arranjos socioprodutivos capazes de articular identidade, cooperação e autonomia econômica no território. A centralidade das artesãs nos processos decisórios e produtivos reforça a noção de que o fortalecimento das capacidades locais depende da valorização dos atores sociais que detêm o conhecimento e a prática cotidiana do território, conforme argumenta Vázquez-Barquero (1999).

Mesmo diante de limitações institucionais, a continuidade das atividades do grupo demonstra resiliência organizacional e capacidade de adaptação, aspectos destacados por Qu e Zollet (2023) como fundamentais para a sustentabilidade de iniciativas territoriais de base comunitária. Assim, o caso do Fibrarte confirma o desenvolvimento endógeno como um processo dinâmico, socialmente construído e ancorado na ação coletiva, no qual o artesanato assume um papel estratégico na consolidação de economias locais mais inclusivas e territorializadas.

4.4.2 Eixo Temático: Economia Criativa e Turismo Criativo

A produção artesanal do grupo Fibrarte evidencia práticas alinhadas aos princípios da economia criativa e do turismo criativo, uma vez que os produtos confeccionados apresentam elementos de diferenciação simbólica e funcional. Observou-se, durante a capacitação semanal e nas feiras de comercialização no dia de visitação turística, que o design das peças incorpora saberes tradicionais reinterpretados com criatividade, adaptando formatos, cores e usos a diferentes públicos. Essa lógica dialoga diretamente com o trabalho de Richards e Raymond (2000), ao afirmar que o turismo criativo é impulsionado por experiências personalizadas, construídas a partir do capital cultural e simbólico local.

Neste contexto, compreende-se que a presença de turistas influencia a produção, uma vez que artesãs relataram ajustes nas peças conforme o perfil dos visitantes, adaptando tamanhos e estampas e até mesmo incorporando narrativas locais nos processos de venda e exposição, o que reforça o caráter experiencial e interativo do turismo criativo, em consonância com Almeida e Emmendoerfer (2023) e Betancur-Rodríguez et al. (2022). Adicionalmente, esses autores destacam que o contato entre visitante e artesão, quando bem-mediado, pode não apenas valorizar o produto, mas também atribuir-lhe significado cultural e reforçar sua autenticidade.

Esse processo também expressa inovação social e econômica, como aponta Bertella (2021), ao enfatizar que a criatividade nas economias locais não se restringe ao design, mas também se manifesta em estratégias coletivas de produção e de comercialização. No caso da Fibrarte, a inovação reside na combinação entre a técnica artesanal tradicional (como o desfibramento manual) e a criação de novos produtos destinados a visitas turísticas e eventos, consolidando uma cadeia de valor alicerçada na identidade territorial (Cunha et al., 2023; Monticelli et al., 2024). Neste contexto, a prática artesanal transcende o objeto físico e se insere em uma lógica de experiência, de consumo cultural e de reforço do capital simbólico de Natuba.

Dessa maneira, a atuação do grupo Fibrarte evidencia que a economia criativa, quando articulada ao turismo, pode operar como estratégia de agregação de valor simbólico e de diferenciação territorial, ampliando a competitividade de destinos emergentes sem romper com suas bases culturais. A capacidade das artesãs de adaptar seus produtos às demandas dos visitantes, mantendo vínculos com os saberes tradicionais, revela um processo de co-criação que fortalece a autenticidade das experiências turísticas, conforme discutem Richards e Raymond (2000) e Bertella (2021).

Ao integrar criatividade, identidade e interação social, a prática artesanal consolida-se como elemento central do turismo criativo em Natuba, contribuindo para a construção de narrativas territoriais singulares e para a sustentabilidade econômica da cadeia produtiva local (Almeida & Emmendoerfer, 2023; Cunha et al., 2023; Monticelli et al., 2024).

4.4.3 Eixo Temático: Empoderamento Feminino

O protagonismo feminino no grupo Fibrarte, situado em Natuba-PB, manifesta-se de forma estruturante e transversal, refletindo transformações profundas tanto nas dimensões produtivas quanto nas esferas simbólicas e relacionais do território. Assim sendo, as artesãs assumem a liderança dos processos de decisão, gerenciam os recursos financeiros do grupo, elaboram propostas para editais públicos, como o da dotação de recursos por meio da Lei Paulo Gustavo (Brasil, 2022), e promovem estratégias de inserção mercadológica e cultural em eventos locais.

Essa estrutura horizontal e coletiva de gestão dialoga diretamente com a concepção de empoderamento proposta por Kabeer (1999), que o compreende como a capacidade de escolha e de transformar essa capacidade em resultados concretos, mediante o acesso a recursos, à agência e à realização de conquistas.

Neste cerne, a autogestão do grupo reflete um sistema organizacional fundamentado na partilha de responsabilidades, no fortalecimento da autoconfiança e na ampliação da presença feminina nos espaços decisórios da cadeia produtiva artesanal, conforme apontam Martínez-Falcó et al. (2024) e Sen (1999).

O sentimento de autossuficiência identificado durante a observação não participante no local está fortemente relacionado ao empoderamento interno, ou seja, à internalização de uma nova percepção de si e do mundo que transforma subjetividades e relações de poder. Essa transformação subjetiva torna-se ainda mais relevante quando inserida em contextos de economia criativa territorializada, como defendem Martínez-Falcó et al. (2024), uma vez que permite às mulheres o reposicionamento como lideranças sociais e culturais.

A liderança compartilhada, observada na organização dos fluxos produtivos e na distribuição de funções, corrobora

a noção de empoderamento coletivo apresentada por Scheyvens (2000). Para a autora, o empoderamento comunitário é alcançado quando grupos marginalizados passam a participar ativamente da tomada de decisões e a redefinir seus papéis sociais a partir de uma dinâmica coletiva.

Tais dinâmicas também estão presentes na análise de Arias et al. (2023), que demonstra como atividades produtivas ancoradas em saberes tradicionais podem promover transformações sociais profundas. A transformação dos papéis sociais das artesãs do grupo Fibrarte também se manifesta nos discursos locais e na visibilidade adquirida nos circuitos culturais e nas visitas turísticas. Sendo assim, como retratam Arias et al. (2023) e Silva e Costa (2022), a inserção produtiva de mulheres em atividades baseadas em saberes tradicionais pode redefinir suas identidades sociais e ampliar sua capacidade de articulação política.

Além disso, o empoderamento individual, atribuído em caráter emancipatório por meio da contribuição financeira aos lares, bem como o reconhecimento do trabalho artesanal como profissão digna e criativa, são fatores que favorecem a ressignificação de suas trajetórias pessoais e familiares.

Neste sentido, a articulação do grupo na rota do enoturismo local amplia sua inserção em redes produtivas e simbólicas mais amplas, o que está de acordo com o estudo sobre o desenvolvimento endógeno de Vázquez-Barquero (1999), que destacou a importância da participação ativa de atores locais na construção de estratégias sustentáveis e territoriais.

Deste modo, o empoderamento feminino observado no grupo Fibrarte ultrapassa a dimensão econômica, configurando-se como um processo multidimensional que envolve autonomia, reconhecimento social e fortalecimento das redes territoriais. Ao articular liderança coletiva, geração de renda e valorização cultural no contexto do enoturismo, as artesãs consolidam-se como agentes centrais do desenvolvimento local, reafirmando o papel das mulheres na construção de economias criativas mais inclusivas e sustentáveis.

Essa dinâmica confirma as proposições de Kabeer (1999) e Scheyvens (2000), ao evidenciar que o empoderamento se materializa quando as mulheres ampliam sua agência individual e coletiva e passam a influenciar as estruturas produtivas e simbólicas do território. Assim, a experiência do grupo Fibrarte demonstra que o enoturismo, quando articulado a práticas artesanais e à economia criativa, pode funcionar como plataforma de transformação social, promovendo a equidade de gênero e o desenvolvimento territorial de base comunitária, em consonância com os princípios do desenvolvimento endógeno defendidos por Vázquez-Barquero (1999).

4.4.4 Eixo Temático: Políticas Públicas e Capital Territorial

A atuação do grupo Fibrarte, ao acessar recursos por meio da Lei Paulo Gustavo (Brasil, 2022), evidencia a potência das políticas públicas culturais no fomento às cadeias produtivas criativas em territórios rurais. Neste contexto, observou-se que essa experiência demonstra como o fortalecimento institucional, mesmo que pontual, pode gerar impactos estruturantes na organização produtiva, na qualificação técnica e na visibilidade de grupos liderados por mulheres.

A aquisição de uma desfiadeira de fibra vegetal e de equipamentos complementares foi decisiva para ampliar a produtividade, padronizar os processos e garantir melhores condições de trabalho, aspectos fundamentais para a sustentabilidade da iniciativa (Costa e Martins, 2023). Este fato corrobora os argumentos de Betancur-Rodríguez et al. (2022) e de Almeida e Emmendoerfer (2023) ao indicar que, quando há acesso efetivo a recursos institucionais, grupos locais são capazes de converter saberes tradicionais em arranjos produtivos sustentáveis, promovendo a valorização territorial e a geração de renda.

Essa relação direta entre capital institucional e fortalecimento produtivo também é discutida por Vázquez-Barquero (1999), em seu trabalho seminal, ao relatar o apoio governamental como um dos três pilares do desenvolvimento endógeno, ao lado da mobilização de recursos locais e da participação ativa da comunidade.

Contudo, a análise do caso também revela fragilidades significativas. Apesar do alinhamento conceitual com programas como o Elas Empreendem (Brasil, 2024), não há evidências de articulação institucional direta entre a Fibrarte e tais mecanismos estruturantes de inclusão produtiva feminina. Essa ausência evidencia uma desconexão entre o potencial das iniciativas locais e os instrumentos federais de fomento, apontando para uma lacuna na efetividade das políticas públicas voltadas à economia criativa e à equidade de gênero em territórios rurais, conforme evidenciam Costa e Martins (2023).

Essa desconexão compromete a continuidade e a expansão da experiência, pois torna o grupo dependente de editais pontuais, limitando sua capacidade de planejamento de longo prazo. O trabalho de Ray (2001) destaca que a ativação de recursos simbólicos, culturais e institucionais deve ocorrer de forma integrada e articulada para consolidar estratégias de desenvolvimento autônomas e sustentáveis. No caso de Natuba, observa-se que o grupo Fibrarte possui elevado capital social e cultural, mas ainda carece de um ecossistema institucional estável que assegure a continuidade das ações.

Neste sentido, torna-se urgente que a gestão pública municipal estabeleça pontes mais efetivas com programas estaduais e federais de incentivo à economia solidária e ao empreendedorismo feminino. A implementação de políticas estruturantes, o fortalecimento das capacidades técnicas e a criação de redes colaborativas são condições indispensáveis para que o grupo alcance maior sustentabilidade econômica e institucional. O caso da Fibrarte, portanto, evidencia tanto o potencial quanto os limites das ações institucionais isoladas, reforçando a necessidade de políticas intersetoriais e integradas como condição para o pleno aproveitamento do capital territorial existente (Trindade, 2024; Vázquez-Barquero, 2009).

Outrossim, o eixo Políticas Públicas e Capital Territorial evidencia que o desenvolvimento de iniciativas como a do grupo Fibrarte depende não apenas da existência de recursos institucionais pontuais, mas também da consolidação de um ambiente político-institucional capaz de

reconhecer, articular e potencializar os ativos sociais, culturais e produtivos do território.

A experiência analisada confirma que o capital territorial, entendido como a combinação de recursos materiais, simbólicos, sociais e institucionais, somente se converte em desenvolvimento sustentável quando sustentado por políticas públicas contínuas, integradas e sensíveis às especificidades locais (Ray, 2001; Vázquez-Barquero, 2009).

Desse modo, o caso de Natuba-PB reforça a necessidade de uma governança territorial mais articulada, na qual o enoturismo, a economia criativa e o empoderamento feminino sejam incorporados como eixos estratégicos de políticas públicas, capazes de promover inclusão produtiva, equidade de gênero e valorização territorial de forma duradoura.

4.5 Panorama Geral dos Resultados: Convergências, Fragilidades e Recomendações

A consolidação dos dados empíricos, por meio da combinação de observação não participante e de análise documental, evidenciou que a experiência do grupo Fibrarte configura uma iniciativa exemplar de ativação territorial, com expressiva aderência aos princípios do desenvolvimento endógeno, da economia criativa e da inclusão socioprodutiva feminina. Dos dez tópicos observacionais analisados, nove apresentaram aderência plena, o que evidencia a profundidade e a coerência entre a prática do grupo e os referenciais teóricos da pesquisa.

No eixo Desenvolvimento Endógeno, a prática artesanal está ancorada no uso de recursos locais, especialmente a fibra de bananeira, e em técnicas manuais transmitidas entre gerações, expressando o acúmulo de capacidades locais (Fontela, 1982; Vázquez-Barquero, 1999; Qu e Zollet, 2023). Destaca-se a participação coletiva das artesãs na divisão de tarefas, no planejamento e na elaboração de portfólios, em consonância com Maracajá et al. (2025) e Trindade (2024), que apontam a organização comunitária como pilar das economias territoriais.

Em Enoturismo e Valorização Territorial, os dados demonstram a integração das práticas produtivas ao turismo local, com presença ativa em eventos e em roteiros turísticos. Ainda que as peças não representem diretamente o vinho ou a uva, são reconhecidas como parte da identidade cultural, unindo a paisagem e os saberes tradicionais (Cunha et al., 2021; Valduga et al., 2022). Essa relação reforça o artesanato como mediador entre território, patrimônio e experiência turística (Guimarães et al., 2021; Martínez-Falcó et al., 2024).

No eixo Economia Criativa e Turismo Criativo, observou-se a presença de inovação e de personalização nos produtos, desenvolvidos a partir do diálogo com os visitantes. A capacidade de adaptação estética e funcional confirma os conceitos de Richards e Raymond (2000) e de Bertella (2021), evidenciando uma criatividade estratégica voltada à diversificação de públicos, à geração de valor simbólico e à viabilidade econômica.

O eixo Empoderamento Feminino revelou grande solidez. As artesãs exercem autonomia econômica, compartilham o controle financeiro e tomam decisões coletivamente, alinhando-se aos marcos teóricos de Kabeer (1999) e de Sen (1999). A autogestão e a prática horizontal confirmam o empoderamento como um processo social e simbólico, promovendo a transformação dos papéis sociais e o reconhecimento das mulheres como agentes econômicas e culturais (Arias et al., 2023; Silva & Costa, 2022; Scheyvens, 2000).

A fragilidade identificada diz respeito à ausência de vínculos com políticas estruturantes de longo prazo no eixo de Políticas Públicas e Capital Territorial. Apesar do acesso bem-sucedido à Lei Paulo Gustavo (Brasil, 2022), não foram identificados vínculos com programas contínuos, como o Elas Empreendem (Brasil, 2024), o que evidencia uma lacuna entre o potencial das iniciativas locais e a presença efetiva de políticas públicas estruturadas (Costa e Martins, 2023; Ray, 2001). A trajetória do Fibrarte ilustra o potencial transformador de práticas produtivas baseadas em recursos endógenos e no conhecimento local.

O uso de materiais naturais e de saberes intergeracionais demonstra que é possível promover a inclusão econômica e o empoderamento feminino sem comprometer a identidade territorial. A gestão horizontal e o protagonismo das mulheres reforçam a coesão e a resiliência da comunidade, configurando um modelo coletivo de resistência diante da escassez de políticas públicas estruturantes. Contudo, a expansão do impacto dessas práticas requer mediações institucionais mais consistentes.

A sinergia entre turismo, criatividade e saberes tradicionais é promissora, promovendo valorização simbólica, atração de visitantes e dinamismo econômico, mas ainda encontra limites sem políticas públicas duradouras que garantam estrutura, continuidade e escala. Assim, recomenda-se o fortalecimento da articulação interinstitucional entre municípios, estados e União, conectando as iniciativas locais a políticas públicas de longo prazo (Ray, 2001; Trindade, 2024).

Adicionalmente, sugere-se a criação de mecanismos de apoio contínuo, como linhas de microcrédito, programas de capacitação técnica e certificação de produtos, para consolidar a sustentabilidade dos empreendimentos e ampliar sua inserção nos mercados (Costa e Martins, 2023). Também é fundamental promover a formalização e visibilidade institucional dos coletivos, garantindo sua participação em editais, redes de economia solidária e canais de comercialização que valorizem sua origem territorial (Vázquez-Barquero, 2009).

O caso de Natuba não apenas exemplifica uma experiência bem-sucedida de produção artesanal sustentável liderada por mulheres, mas também fornece subsídios concretos para o redesenho de políticas públicas baseadas no desenvolvimento endógeno, na inclusão produtiva e na economia da cultura. Sua replicabilidade depende menos da técnica e mais da capacidade institucional de reconhecer e apoiar as redes de saber e de resistência já presentes nos territórios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa respondeu ao problema proposto ao demonstrar de que forma o enoturismo atua como vetor de desenvolvimento sustentável ao fortalecer cadeias

produtivas artesanais femininas no município de Natuba-PB. Os resultados evidenciam que o enoturismo, quando articulado a práticas produtivas territorializadas, transcende a lógica econômica estrita e passa a operar como plataforma de valorização cultural, inclusão social e empoderamento feminino.

Nesse sentido, a experiência analisada confirma que o desenvolvimento territorial sustentável depende da mobilização de recursos endógenos, da cooperação comunitária e da centralidade dos atores locais na construção de estratégias produtivas e simbólicas.

Os principais resultados indicam que o grupo Fibrarte mobiliza, de forma estratégica, recursos naturais disponíveis no território, como a fibra da bananeira, e saberes tradicionais herdados do contexto agrícola, convertendo-os em produtos de elevado valor simbólico, cultural e social. A integração dessas práticas ao circuito do enoturismo local amplia as possibilidades de geração de renda e reposiciona o artesanato como elemento central da experiência turística.

A gestão horizontal e a liderança compartilhada das artesãs revelam um modelo organizacional que fortalece a autonomia feminina e contribui para a inclusão econômica em territórios historicamente marcados pela baixa visibilidade turística e pela limitada diversificação produtiva.

Entre os principais achados da pesquisa, destaca-se o papel do empoderamento feminino como eixo transversal do desenvolvimento territorial, manifestando-se tanto na ampliação da autonomia econômica quanto na transformação das identidades sociais das artesãs.

O reconhecimento institucional, ainda que pontual, como no acesso aos recursos da Lei Paulo Gustavo (Brasil, 2022), mostrou-se decisivo para qualificar os processos produtivos, ampliar a visibilidade do grupo e fortalecer sua inserção em redes culturais e turísticas. Esses achados reforçam a compreensão do desenvolvimento endógeno como um processo cultural, simbólico e político, no qual o capital social, o capital cultural e a ação coletiva desempenham um papel central para a sustentabilidade das iniciativas locais.

Apesar das contribuições, o estudo apresenta limitações que devem ser consideradas. O foco em um único grupo produtivo restringe a generalização dos resultados, assim como a ausência de entrevistas em profundidade limita a exploração das dimensões subjetivas do empoderamento feminino. Ademais, a inexistência de certificações formais e a fragilidade das políticas públicas estruturantes revelam entraves institucionais que condicionam a expansão, a replicabilidade e a consolidação da experiência analisada. Tais limitações apontam para a necessidade de cautela ao extrapolar os achados para outros contextos territoriais.

Diante disso, sugere-se que pesquisas futuras adotem abordagens comparativas e longitudinais, contemplando diferentes territórios rurais e cadeias produtivas artesanais, a fim de aprofundar a compreensão dos impactos do enoturismo e da economia criativa sobre o empoderamento feminino e o desenvolvimento territorial.

Recomenda-se, ainda, a incorporação de métodos qualitativos mais aprofundados, como entrevistas e histórias de vida, capazes de captar os efeitos subjetivos e identitários dessas práticas. O caso de Natuba-PB evidencia que a articulação entre cultura, território e organização coletiva constitui uma base potente para a transformação econômica, simbólica e social, indicando que o enoturismo, quando ancorado em políticas públicas integradas e territorializadas, pode se consolidar como instrumento de emancipação e de justiça social.

REFERÊNCIAS

Almeida, T. C. de, & Emmendoerfer, M. L. (2023). Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: Conexões e reflexões. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 11(1).

Arias, A. M., Gutiérrez, J. A., & López, M. (2023). Gender and rural entrepreneurship: A Latin American perspective. *Latin American Journal of Management for Sustainable Development*, 9(1), 47–62.

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, trad.). Lisboa: Edições 70.

Beni, M. C. (2001). *Análise estrutural do turismo* (5ª ed.). São Paulo: Editora SENAC.

Bertella, G. (2021). Co-creation and innovation in creative tourism experiences. *Journal of Tourism Futures*, 7(3), 344–357. https://doi.org/10.1108/JTF-02-2020-0017

Betancur-Rodríguez, V. H., Mejía-Córdoba, C. A., Acevedo-Ortíz, P. M., Velásquez, M. I., & Cartagena-Benítez, A. (2022). El turismo creativo como dinamizador de las economías locales: Estudio de caso en una comunidad afrodescendiente. *Gaceta Científica*, 8(2), 93–104.

Brasil. (2022). Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 (Lei Paulo Gustavo). *Diário Oficial da União*. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp195.htm

Brasil. (2024). *Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino – Elas Empreendem*. Ministério da Cultura. Recuperado de https://www.gov.br/mulheres/pt-br/assuntos/elasempreendem

Caregnato, R. C. A., & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: Análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 15(4), 679–684. https://doi.org/10.1590/S0104-07072006000400017

Chiattone, P. (2013). Enoturismo: Atrativo e ferramenta para o desenvolvimento sustentável de regiões. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*.

Costa, K., & Martins, S. (2023). Políticas culturais no Brasil: Do golpe à Paulo Gustavo. *Revista Observatório da Diversidade Cultural*, 100(2), 54–68.

Cruz, R. da C. (2002). Políticas públicas de turismo no Brasil: Significado, importância, interfaces com outras políticas setoriais. In R. da C. Cruz (Org.), *Políticas públicas e o lugar do turismo*. Brasília: UnB.

Cunha, K. P. L. da, Lima, L. C., & Costa, M. C. (2021). Articulações entre economia criativa, turismo e plataformização. *Revista Extraprensa*, 16(2), 201–228.

Da Silva, I. C. A., & Maracajá, K. F. B. (2023). A gastronomia como elemento de diferenciação do turismo na Paraíba. *Caderno Virtual de Turismo*, 23(1), 51–63.

Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária [EMPAER]. (2025). *Relatório técnico de apoio às atividades de agricultura e artesanato familiar no município de Natuba-PB*. Unidade Natuba.

Flick, U. (2008). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3ª ed.). Porto Alegre: Artmed.

Fontela, E. (1982). *Metodologia prospectiva*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.

Gabardo, W., & Valduga, V. (2020). Ruralidades e enoturismo no Vale dos Vinhedos/Serra Gaúcha – RS. *Revista Campo-Território*, 14(34). https://doi.org/10.14393/rct143409

Getz, D., & Brown, G. (2006). Critical success factors for wine tourism regions: A demand analysis. *Tourism Management*, 27(1), 146–158.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.

Gomes, R. (2002). A análise de dados em pesquisa qualitativa. In M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (21ª ed., pp. 67–80). Petrópolis: Vozes.

Gössling, S., Scott, D., & Hall, C. M. (2020). Pandemics, tourism and global change: A rapid assessment of COVID-19. *Journal of Sustainable Tourism*, 29(1), 1–20.

Guimarães, F. de O., Porto, J. L. R., & Pizzio, A. (2021). Viticultura, ocio y desarrollo regional: Enoturismo en el Valle del Río São Francisco. *Revista de Estudios Brasileños*, 8(17), 135–145. https://doi.org/10.14201/reb2021817135145

Hall, C. M., Johnson, G., & Mitchell, R. (2000). Wine tourism and regional development. In *Wine tourism around the world: Development, management and markets* (pp. 196–225).

Iniciativa Sábados Azuis. (2023). *Relatório Anual SA 2021*. Recuperado de https://iniciativasabadosazuis.com.br/wp-content/uploads/2022/03/Relatorio-Anual-SA-2021.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2022). *Cidades e Estados: Natuba*. Recuperado de https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/natuba.html

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2024). *Cidades e Estados: Natuba*. Recuperado de https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/natuba.html

Jafari, J. (1982). The tourism market basket of goods and services: The components and nature of tourism. *Annals of Tourism Research*, 9(3), 326–334.

Kabeer, N. (1999). Resources, agency, achievements: Reflections on the measurement of women's empowerment. *Development and Change*, 30(3), 435–464. https://doi.org/10.1111/1467-7660.00125

Maracajá, K. F. B., Batista Schramm, V., Schramm, F., & Valduga, V. (2022). A multicriteria model for evaluation of Brazilian wineries from a tourism destination perspective. *International Journal of Wine Business Research*, 34(1), 52–68.

Maracajá, K. F. B., Quadros, V. L., Walkowski, M., & Netto, A. P. (2025). Análise crítica do Programa de Regionalização do Turismo nos planos nacionais de Turismo do Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 19, 3053–3053.

Martínez-Falcó, J., Tomás-Miquel, J. V., & García, J. S. (2024). Tourism, tradition, and territory: Strategies for sustainable enotourism. *Tourism and Hospitality International Journal*, 21(1), 103–125.

Mello, J. C., & Alexandre, L. M. M. (2017). Marcas e propriedade intelectual das catadoras de Mangaba (SE): Turismo de base comunitária, economia criativa e INPI. *PIDCC: Revista de Propriedade Intelectual - Direito Contemporâneo e Constituição*, 6(11), 43–67.

Minasi, S. M., Mayer, V. F., & Santos, G. E. O. (2022). Desigualdade de gênero no turismo: A mulher no ambiente profissional no Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 16, e-2494. https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2494

Minayo, M. C. S., & Deslandes, S. F. (Orgs.). (2008). *Caminhos do pensamento: Epistemologia e método*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Monticelli, J. M., Cislaghi, T. P., & Maracajá, K. F. B. (2024). Exploring barriers arising from coopetition: A case study in the Brazilian wine tourism industry. In *Value Proposition to Tourism Coopetition: Cases and Tools* (pp. 171–185). Emerald.

Nogueira, B. P., & Carolina, A. (2024). Lei Paulo Gustavo: Assimetrias entre trabalho e formação do músico nas políticas públicas de cultura. *Orfeu*, 9(1), e0103. https://doi.org/10.5965/2525530409012024e0103

Petelca, O., Pătrăuceanu, C. C., Beșliu, I., & Garbuz, V. (2022). Influence of the wine sector on tourism development. *The Annals of the University of Oradea. Economic Sciences*, 31(1), 89–98.

Prefeitura Municipal de Natuba. (2025). *Lei Paulo Gustavo*. Recuperado de https://natuba.pb.gov.br/noticia/secretaria-de-esporte-e-cultura/lei-paulo-gustavo

Qu, M., & Zollet, S. (2023). Neo-endogenous revitalisation: Enhancing community resilience through art tourism and rural entrepreneurship. *Journal of Rural Studies*, 97, 105–114. https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2022.10.014

Ray, C. (2001). *Culture economies: A perspective on local rural development in Europe*. Newcastle, Inglaterra: Centre for Rural Economy.

Richards, G., & Raymond, C. (2000). Creative tourism. *ATLAS News*, 23, 16–20.

Rosentraub, M. S., & Joo, M. (2009). Tourism and economic development: Which investments produce gains for regions? *Tourism Management*, 30(5), 759–770.

Scherer, L., & Allebrandt, S. L. (2023). Turismo e desenvolvimento regional: Potencial e repercussões na região das Missões-RS. *COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional*, 20(1), 6–19.

Scheyvens, R. (2000). Promoting women's empowerment through involvement in ecotourism: Experiences from the Third World. *Journal of Sustainable Tourism*, 8(3), 232–249. https://doi.org/10.1080/09669580008667356

Sebrae-PB. (2024). *Sebrae-PB, em parceria com Natuba e Umbuzeiro, lança Rota Gastronômica no Vale do Paraíba*. Recuperado de https://alelontra.com.br/sebrae-pb-em-parceria-com-natuba-e-umbuzeiro-lanca-rota-gastronomica-no-vale-do-paraiba/

Secretaria de Esporte e Cultura. (2025). *Notícias da Secretaria de Esporte e Cultura*. Prefeitura Municipal de Natuba. Recuperado de https://natuba.pb.gov.br/noticias?secretaria=Secretaria%20de%20Esporte%20e%20Cultura

Secretaria de Turismo de Natuba. (2024). *Rota Gastronômica do Vale do Paraíba é lançada em Natuba e Umbuzeiro*. Governo da Paraíba. Recuperado de https://paraiba.pb.gov.br/noticias/rota-gastronomica-do-vale-do-paraiba-e-lancada-em-natuba-e-umbuzeiro

Sen, A. (1999). *Development as freedom*. New York, NY: Knopf.

Sigala, M. (2020). Tourism and COVID-19: Impacts and implications for advancing and resetting industry and research. *Journal of Business Research*, 117, 312–321.

Trindade, J. B. (2024). A abordagem do desenvolvimento endógeno: Os novos rumos da vitivinicultura para Santana do Livramento/RS. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 18(1), e-2680.

Trindade, J. R., Maracajá, K. F. B., Cicciú, B., Lucena Filho, R. B., & Valduga, V. (2022). Discussão teórica sobre os conceitos de sustentabilidade no enoturismo através do bibliometrix. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 16, 2644. https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2644

Turismo em Foco. (2025). *Natuba recebe mais de 40 mil visitantes em 2024 com a Rota Gastronômica do Vale do Paraíba*. Recuperado de https://turismoemfoco.com.br/v1/2025/05/14/natuba-recebe-mais-de-40-mil-visitantes-em-2024-com-a-rota-gastronomica-do-vale-do-paraiba/

Valduga, A. T., Gabardo, L., & Minasse, M. A. (2022). O valor das paisagens vitivinícolas para o enoturismo no Brasil. *Revista*

Turismo em Análise, 33(3), 437–458. https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v33i3p437-458

Vázquez-Barquero, A. (1999). *Desarrollo endógeno: Conceptos y estrategias para el desarrollo local*. Madrid, España: Síntesis.

Visentin, F., & Vallerani, F. (2018). A countryside to sip: Venice inland and the Prosecco's uneasy relationship with wine tourism and rural exploitation: *sustainability*, 10(7), 2195.

Yin, R. K. (2016). *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio, por meio de bolsa e/ou de recursos financeiros, indispensável à realização desta pesquisa.

CRediT author statement

Termo	Definição	Autor 1	A2
Conceitualização	Ideias; formulação ou evolução de objetivos e objetivos de investigação abrangentes	x	x
Metodologia	Desenvolvimento ou concepção de metodologia; criação de modelos	x	
Software	Programação, desenvolvimento de software; concepção de programas de computador; implementação do código informático e algoritmos de suporte; teste dos componentes de código existentes		
Validação	Verificação, quer como parte da atividade quer separadamente, da replicação/reprodutibilidade global dos resultados/experimentações e outros resultados da investigação	x	x
Análise formal	Aplicação de técnicas estatísticas, matemáticas, computacionais, ou outras técnicas formais para analisar ou sintetizar dados de estudo	x	
Investigação	Condução do processo de investigação e investigação, realizando especificamente as experiências, ou recolha de dados/evidências	x	
Recursos	Fornecimento de materiais de estudo, reagentes, materiais, pacientes, amostras de laboratório, animais, instrumentação, recursos informáticos, ou outras ferramentas de análise		
Curadoria de dados	Atividades de gestão para anotar (produzir metadados), lapidar dados e manter dados de investigação (incluindo código de software, onde é necessário para a interpretação dos próprios dados) para utilização inicial e posterior reutilização	x	
Escrita - Esboço original	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, redigindo especificamente o projeto inicial (incluindo a tradução substantiva)	x	x
Escrita - Revisão & Edição	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado por aqueles do grupo de investigação original, especificamente revisão crítica, comentário ou revisão - incluindo fases pré ou pós-publicação	x	x
Visualização	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, especificamente visualização/ apresentação de dados	x	
Supervisão	Supervisão e responsabilidade de liderança no planeamento e execução da atividade de investigação, incluindo mentoria externa à equipa central	x	x
Administração do projeto	Responsabilidade pela gestão e coordenação do planejamento e execução da atividade de investigação	x	x
Aquisição de financiamento	Aquisição do apoio financeiro para o projeto conducente a esta publicação		x

Source: reproduced from Elsevier (2022, s/p), based on Brand et al. (2015).

Processo Editorial / Editorial Process / Proceso Editorial
Editor Chefe / Editor-in-chief / Editor Jefe: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).
Recebido / Received / Recibido: 30.01.2026; Revisado / Revised / Revisado: 23.02.2026 – 30.03.2026; 04.09.2026; Aprovado / Approved / Aprobado: 15.10.2026;
Publicado / Published / Publicado: 03.11.2026.
Artigo ressubmetido / Resubmitted paper/ Artículo reenviado.
Documento revisado às cegas por pares / Double-blind peer review paper / Documento revisado por pares ciegos.